

DIÁLOGOS EM SALA DE AULA

GESTÃO UNIVERSITÁRIA:

Um diálogo em aberto

Heida Natalie Dultra
Vanessa Alves Souto*

Prof^a. Orientadora Vanessa Cavalcanti**

*“Um bom curso é feito com bons professores,
mas também com alunos atuantes.”*

Maria Rita Soares Miguel, 1999

RESUMO

O artigo consiste num breve estudo e análise do ensino superior brasileiro. É explicitada uma comparação entre instituições públicas e privadas e as principais tendências da gestão e organização contemporâneas. Também foram abordadas duas recentes iniciativas do MEC: Provão e ENEM.

Palavras-chave: Educação – universidade - avaliação

No passado, a educação era função da família, das instituições religiosas e do aprendizado em oficinas que transmitiam as técnicas, as práticas e os valores de tradição necessários à sobrevivência sócio-cultural. A industrialização mudou esse paradigma, passando a exigir um novo tipo de profissional com conhecimento que nem a família, nem a Igreja poderiam fornecer, por ser pautado em princípios formais e científicos. Naquela época os professores pertenciam à classe dominante e manipulavam a informação transmitida aos alunos. Desta forma, mantinham o domínio, a hierarquia e o controle da situação inibindo as possibilidades do desenvolvimento de habilidades críticas e de consciência por parte dos jovens estudantes. Mudaram-se os valores.

Especialmente no último quartel do século XX, a realidade das universidades públicas dava impulso a uma fase de contestação, transformando-se em locais de protesto e/ou inquietação, representando não só os anseios da comunidade acadêmica, mas também de toda sociedade brasileira.

É importante ressaltar que os aspectos hoje considerados críticos na educação – o extremo descontrole, os sistemas rígidos de ensino, atribuição de notas – são preciosamente aqueles que transformam a educação em massa num instrumento a serviço da sociedade industrial. A escola então se adaptou às

* Alunas do 2º ano do curso de Administração de Empresas da Universidade Salvador.

** Doutoranda pela Universidad de Leon, Espanha. Professora e Coordenadora de Assuntos Comunitários da Universidade Salvador. Membro do Núcleo de Estudos Sociais (CORDIS/UNIFACS).

necessidades desse novo modelo. O surgimento do currículo proporcionou profundas mudanças na estrutura e função do ensino superior.

Hoje, o Estado brasileiro investe em educação um volume proporcional ao de países desenvolvidos e supera ao de países vizinhos como Argentina e Chile. *“A desproporção entre o percentual do PIB investido em educação no Brasil e o gasto anual por aluno do ensino fundamental ocorre porque boa parte dos UU\$ 31,5 bilhões que União, Estados e Municípios investem em educação é embocanhada pelo ensino superior. Estados Unidos, Suíça e Malásia gastam mais com alunos do ensino superior do que o Brasil”* (FALCÃO, 2000).

Na avaliação do governo, o problema é a escassez de alunos e não excesso de professores. Sobram vagas nas universidades públicas brasileiras, pois a grande maioria dos cursos são oferecidos durante o dia, impedindo a entrada daqueles que trabalham. É preciso melhorar o desempenho da universidade brasileira diminuindo a grande evasão e colocando em prática novas modalidades de curso superior, como os cursos seqüenciais e à distância. Esses cursos duram no máximo dois anos e possibilitam um diploma de nível superior ao aluno.

Enquanto as salas de aula das universidades brasileiras estão semivazias, a realidade nas escolas públicas de ensinos médio e fundamental é bastante diferente. No ensino médio, o Brasil é campeão de salas superlotadas.

Os erros de ortografia, pontuação, alunos incapazes de organizar as próprias idéias e a falta de senso crítico mostram a precariedade e a ineficácia do sistema no qual os alunos são aprovados sem conhecimento suficiente. Há, nos dias atuais, um grande desinteresse por parte do alunado. Uma pesquisa realizada pelo MEC (Ministério da Educação e Cultura) em 1999 mostra que em 75% dos casos há algum comportamento desonesto, como exemplo os estudantes que entregam textos capturados da Internet como trabalhos escolares. O “importante” é o diploma rápido e fácil, ao invés do saber.

Atualmente, pode-se observar a falta de maturidade da maioria dos estudantes que ingressam no ensino superior. Em uma pesquisa realizada pelo MEC no ano de 1997 foi possível traçar um perfil do alunado brasileiro de 3º grau: 90% dos alunos desejam especializar-se porque julgam importante para a sua formação profissional, mas apenas 15% estudam um idioma estrangeiro. Os que lêem, lêem pouco: entre um e dois livros por ano.

Neste mesmo sentido, verificam-se outras características. Muitos alunos acreditam que o curso deveria ter sido mais exigente, reclamam dos professores, porém só alguns se preocuparam em melhorar o ensino; ao invés de aprimorarem o seu conhecimento, confessaram aproveitar as horas de folga para não fazer nada. Para a maioria, a faculdade é um “passaporte” para a diversão e liberdade, dando-se conta de seus erros apenas quando o mercado de trabalho fecha suas portas para alunos desqualificados e incompetentes.

Para cargos mais qualificados, o curso de inglês já era um requisito trivial. Atualmente, além do domínio de outro idioma, é preciso ter uma boa cultura geral, ler bastante, ir ao cinema, ao teatro, saber utilizar o computador, dentre outros.

O mercado de trabalho não valoriza mais os estudantes que negligenciam o estudo, mostrando-se incapazes de lidar com o mundo dos negócios. E neste caso específico, o ensino superior tem sido, nos últimos vinte anos, uma porta aberta à “*malandragem*”.

Apesar de serem consideradas mais difíceis, as universidades públicas são praticamente as únicas que “*acolhem*” alunos de escolas públicas. Isso é algo muito positivo para a imagem delas, a partir do momento que são, em uma determinada parte, até formada por estudantes esforçados. Já as instituições particulares transmitem outra visão para a sociedade. Geralmente, por serem mais “*fáceis de ingressar*”, são constituídas por um relativo percentual de alunos desqualificados. Eles, muitas vezes, vêm de escolas particulares e, mesmo que estas sejam excelentes, tais estudantes agem de forma irresponsável, sem valorizar o estudo, por possuírem boas condições financeiras e não saberem o real valor do investimento na formação intelectual.

“Na faixa entre 18 e 25 anos e renda familiar até três salários mínimos, 21,9% dos alunos se formaram em instituições públicas contra 20,5% nas particulares. Nas faixas dos 25 ou mais e renda familiar de 20 a 50 salários mínimos, 9,7% se formaram em públicas, contra 31,2% em privadas” (VILLAS BOAS, 2000).

No Brasil, o ensino superior como um todo é elitista. Uma pesquisa realizada pelo MEC (2000) revela que as instituições mais demográficas, as que mais acolhem alunos de baixa renda, negros ou brancos, são as públicas. O estudo mostra ainda que o desempenho de um aluno pobre na escola pública é melhor do que a de um aluno rico na escola privada.

Como o estado não pode mais com o ensino superior é inevitável que a expansão ocorra através do setor privado. Apesar do aumento no valor das mensalidades que eram em média R\$ 243,00 (duzentos e quarenta e três reais) e saltaram para R\$ 453,00 (quatrocentos e cinquenta e três reais), o número de matriculados cresceu em 57% representando mais de 60% de alunos de 3º grau.

Não obstante, essa tendência tem matizado todo o complexo de ensino superior brasileiro. Afinal, tais “empresas” nem sempre se preocupam se seus professores possuem um mestrado, doutorado, se realmente são capacitados a ensinarem em um curso superior.

Um outro cerco ameaçador para as universidades públicas é a migração de docentes para instituições particulares, universidades ou não, atraídos por melhores salários. Entre outras coisas, há uma dificuldade de captar docentes qualificados e dispostos a ganhar um salário inicial baixo.

Um diferencial a favor das universidades públicas é a pesquisa científica, pois são nelas que a maioria das pesquisas brasileiras são realizadas. As instituições privadas, principalmente as mais novas, não têm capital para investir em pesquisas de ponta que envolvem laboratórios complexos e dedicação total de uma equipe de professores. Uma proposta sugerida pelo MEC é de que contribuam com a sociedade, focalizando suas pesquisas em assuntos locais, que possam trazer benefícios imediatos à população.

Baseado na idéia de Luiz Carlos de Menezes, autor de “*Universidade Sitiada*”, “*os doutores são hoje a medida mais imediata da maturidade didática de uma universidade e das pesquisas que ela pode realizar. A pós-graduação e a pesquisa, em princípio são os domínios em que a universidade pública poderia se sentir soberana, pois ela concentra no Brasil a pesquisa científica, participa da produção e da crítica cultural, congrega grande parte dos centros de ensino de pós-graduação*” .

Devido a esse diferencial da universidade pública e o fato dela absorver os melhores alunos através do seu qualificado processo seletivo, comprovou-se o destaque desta quando comparada com algumas instituições particulares. Então, para avaliar o ensino superior, observar o andamento desses cursos o MEC implantou o “*Provão*”. Três fatores são observados nas instituições: seu corpo docente, instalações físicas e avaliações aplicadas aos alunos. As notas são classificadas entre A e E. Caso o curso tenha, por três anos consecutivos, uma

avaliação abaixo da média, será submetido a um processo de renovação do seu reconhecimento. Um resultado ruim no Provão deve ser tomado como um alerta, não como uma condenação.

Outra iniciativa do MEC é o ENEM (Exame Nacional do Ensino Médio) que foi implantado em 1998. Esta avaliação é destinada ao candidato que deseja avaliar sua capacidade de utilizar os conhecimentos adquiridos na escola, suas possibilidades individuais de enfrentar problemas do dia a dia, interpretando dados e informações que estão cada vez mais disponíveis nos livros, jornais, revistas, televisão e na vida social. Em ambientes tão complexos como os da sociedade em que se vive, é muito importante pensar e expor idéias.

O ENEM poderá mostrar ao candidato em quais áreas precisa dar maior ênfase para ter sucesso pessoal e profissional. Desse modo, terá uma avaliação do seu potencial e poderá tomar as decisões mais adequadas aos seus desejos e suas escolhas. O acesso aos resultados é permitido apenas ao aluno. As instituições de ensino superior, empresas e órgãos só podem ter conhecimento das notas com expressa autorização do estudante.

No ano de 2000 mais de 1,6 milhões de estudantes participaram do ENEM que se transformou num instrumento de ingresso em mais de 250 instituições de ensino superior inclusive 36 públicas. Na Bahia, 11 escolas de 3º grau já aceitam dados do exame para distribuição das vagas de seus cursos. Ademais, o Estado figura na lista dos brasileiros com maior aceitação do ENEM entre os alunos. Aponta-se que a procura pelo exame aumentou em 1800%.

As iniciativas do MEC para melhoria do ensino brasileiro são válidas, mas é preciso que os estudantes se dediquem e lutem por melhorias. Nos Estados Unidos, por exemplo, o estudante norte-americano briga pela qualidade do ensino e não admite a falta de um professor. No Brasil, os alunos precisam exigir seus direitos, o universitário brasileiro está muito desmotivado. A apatia é tamanha que, quando um professor do curso não aparece para dar a última aula, o aluno comemora o fato de ir para casa mais cedo. Essa apatia ocorre no momento em que um simples canudo sob o braço já não garante o futuro de ninguém. Há trinta anos, o diploma era a garantia de um emprego. Hoje, com o aumento da matrícula no nível superior, com uma faculdade em cada esquina, um simples diploma tem se mostrado ineficaz em provar ou não a competência de um aluno.

As constantes mudanças no mundo do trabalho exigem que as universidades passem a transmitir aos estudantes ensinamentos tidos como irrelevantes à vida acadêmica. Sensibilidade para diferenças culturais, habilidades para desenvolver boas relações sociais, capacidade de expansão são apenas alguns dos saberes indispensáveis ao trabalhador do século XXI. O profissional do futuro deverá ter necessariamente um curso superior para manter-se empregado, afinal o índice de desemprego é muito mais baixo entre as pessoas que freqüentam uma faculdade.

REFERÊNCIAS BIBLIOGRÁFICAS

FALCÃO, Daniela. MEC coloca 94 cursos de graduação sob risco de descredenciamento. **Folha de São Paulo**, 16/02/2000, p.1, c. Cotidiano.

VILLAS BOAS, Sérgio. Cerco às Universidades. **Gazeta Mercantil**, 27/05/2000, p.1. C. Fim de Semana.